



POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NA MICRORREGIÃO DE IVAIPORÃ, PR: CONCEPÇÕES E AÇÕES DOS GESTORES PÚBLICOS MUNICIPAIS¹

Pedro Henrique Iglesias Menegaldo (UEM/CRV/GEPEFE), Andréia Paula Basei
(UEM/CRV/GEPEFE), Eduard Angelo Bendrath (UEM/CRV/GEPEFE)

RESUMO

Os estudos sobre as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil se expandiram a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, sendo dever do Estado à oferta de práticas esportiva e de lazer, os municípios passam a ser responsáveis por fornecer ações neste campo, onde os agentes públicos são os articuladores neste processo. Desta forma, o objetivo desta pesquisa foi analisar as concepções e ações dos gestores públicos municipais da Microrregião de Ivaiporã, Paraná em relação às políticas públicas de esporte e lazer. Caracterizando-se como uma pesquisa qualitativa descritiva, foi aplicada uma entrevista semiestruturada com os gestores das Secretarias/Departamentos de esporte e lazer dos municípios, a qual foi analisada com base na análise de conteúdo. Os resultados mostram incoerência entre as concepções apresentadas pelos gestores e ações propostas para a população, bem como a falta de conhecimento em determinados setores que se materializam na escassez de políticas na área, principalmente do lazer. Assim apontamos a necessidade dos gestores ampliarem seus conhecimentos sobre gestão e aprofundar seu entendimento sobre as dimensões do esporte e sobre o lazer, para que possam transformar sua forma de atuação profissional à medida que a tomada de decisões são incorporadas no *habitus* destes agentes.

Palavras-chave: políticas públicas; esporte e lazer; agentes públicos.

INTRODUÇÃO

Atualmente no Brasil umas das principais estruturas na elaboração de políticas públicas nos municípios são as Secretarias ou Departamentos de esporte e lazer. Este espaço social se relaciona com uma infinidade de agentes e demais estruturas, com redes que apresentam implicações diretas e decisivas nas políticas públicas de esporte, em seus municípios (STAREPRAVO; MEZZADRI, 2013).

Souza (2006) relata que política pública é “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”. Portanto, as políticas públicas são entendidas como ação dos governos, passíveis de análises para possíveis alterações em sua implantação e execução como forma de conduzir as ações para que obtenham resultados consistentes e efetivos ao qual se propõem, gerando mudanças sobre determinada realidade.

A Educação Física e suas aproximações com o tema das políticas públicas remontam a década de 1980, principalmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, onde prevê no Art. 217 o dever do Estado de subsidiar práticas desportivas formais e não formais, como

¹ Este trabalho foi elaborado a partir do Projeto de Iniciação Científica PIC/UEM registrado sob número 935/2015.

direitos de todos, assim como desfrutar do lazer como forma de promoção social (BRASIL, 1988). O esporte e o lazer reconhecidos como direitos individuais e sociais previstos constitucionalmente, consolida a obrigatoriedade de que os mesmos sejam também o escopo das políticas sociais (ATHAYDE; MASCARENHAS; SALVADOR, 2015).

As políticas públicas de esporte e lazer buscam concretizar este direito dos cidadãos por meio de ações governamentais com o desenvolvimento de projetos, programas e ações no campo do esporte e lazer em suas diferentes dimensões e populações abrangentes. Tais ações são estabelecidas e intermediadas pelos agentes públicos de esportes e lazer, sendo estes denominados gestores.

Os agentes, portanto apresentam o papel de destaque no subcampo das políticas públicas de esporte e lazer. Desta forma os agentes criam este espaço e o mesmo só existe pelos agentes e pelas relações objetivas entre os agentes que se encontram em determinado espaço social (BOURDIEU, 2008). Sendo assim estes agentes devem assumir uma postura ativa na constituição e desenvolvimento do campo, sendo capaz de atribuir ressignificação à sua atuação, visando à legitimação ou modificação da estrutura do espaço social (STAREPRAVO, SOUZA, MARCHI JÚNIOR, 2013).

Deste modo, o objetivo deste estudo é analisar as concepções e ações dos gestores públicos municipais da Microrregião de Ivaiporã, PR, em relação às políticas públicas de esporte e lazer.

Ressaltando a possibilidade de se obter um panorama das ações dos agentes públicos municipais quanto às políticas públicas de esporte e lazer, considerando que estes podem ser caracterizados como articuladores de necessidades sociais e de políticas públicas que atendam a toda a sociedade, sendo capaz de balizar as expectativas e as demandas aos recursos existentes.

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo, no qual os participantes são os agentes públicos, sendo estes secretários de esportes, diretores, chefes de divisão das Secretarias/Departamentos de Esportes e Lazer de 10 municípios da Microrregião de Ivaiporã². Importante ressaltar que a microrregião possui um total de 15 municípios, no entanto, para esta pesquisa, utilizou-se como critério de seleção os municípios que possuem acima de 5 mil habitantes, sendo eles: Cândido de Abreu, Grandes Rios, Ivaiporã, Jardim Alegre, Lunardelli, Manoel Ribas, Nova Tebas, Rosário do Ivaí, São João do Ivaí, São Pedro do Ivaí.

O instrumento de coleta de dados é uma entrevista semiestruturada, que foi aplicada mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a realização da

² Esta pesquisa é desenvolvida vinculada ao projeto Análise dos agentes públicos do Sistema Nacional de Esporte e Lazer do Grupo de Estudos em Políticas Públicas do Esporte e Lazer – GEPPOL, do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá, financiado pelo CNPQ, chamada n. 091/2013, coordenado pelo Prof. Dr. Fernando Augusto Starepravo.

pesquisa por parte dos participantes. As entrevistas foram gravadas e transcritas para posteriormente serem analisadas. Na análise dos dados foi utilizado o método de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), seguindo as fases da pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados.

RESULTADOS

A gestão do esporte é uma área recente de estudo, com aspectos direcionados a aplicação de conceitos e teorias gerais da Administração associadas ao fenômeno esportivo e o papel que este apresenta na sociedade contemporânea (MAZZEI; BASTOS, 2012). Desta forma, procuramos investigar quais os conhecimentos, saberes e experiências os gestores julgam necessários para o desenvolvimento de seu trabalho, sendo possível notar que os mesmos admitem ser necessário o conhecimento sobre a prática esportiva, o conhecimento da realidade do município e alguns consideram ter noções de questões burocráticas, referentes aos processos administrativos para atuação em seu cargo.

Os gestores para atuação nas Secretarias/Departamentos de esporte e lazer devem, portanto se apropriar de conhecimentos de administração e principalmente sobre esporte e o lazer. Quanto ao conhecimento destes agentes sobre o esporte, tomamos como aporte teórico para análise as dimensões de esporte-lazer, esporte-educação e esporte-desempenho (TUBINO, 2006). Nesta perspectiva destacam-se as concepções das manifestações do esporte-educacional, quanto ao seu conteúdo sócio-educativo, em segundo momento apresentam a dimensão do esporte voltado ao desempenho ao citarem as competições e escolinhas para formação de atletas. O esporte enquanto lazer aparece com menor frequência e até mesmo inexistentes em alguns contextos pesquisados.

A menor incidência da dimensão do esporte-lazer pode estar diretamente atrelada ao conhecimento dos mesmos em relação ao lazer, propriamente dito. Neste quesito os gestores de forma geral não conseguiram conceituar claramente o lazer, as concepções apresentadas estão voltadas ao entendimento do lazer como forma de compensação das tensões do trabalho e ao lazer no campo esportivo, seja por meio da participação dos cidadãos em determinadas modalidades esportiva ou apenas limitado ao prestígio das competições do município. Verifica-se certo descompasso nos conceitos do esporte e do lazer apresentados pelos gestores. De acordo com Castellani Filho (2013, p. 13) “Esporte e lazer constituem-se em conceitos distintos, nos quais o último não pode ser reduzido às fronteiras do primeiro”, aponta ainda que o esporte lazer necessita incorporar uma política de lazer e não limitar-se apenas ao conteúdo físico-esportivo, sendo fundamental se abrir a imensa gama de interesses que constituem o nosso quadro cultural.

Tendo em vista, que no processo de elaboração e implementação das políticas públicas de esporte e lazer é necessário estabelecer o objetivo das ações, os gestores relataram que as mesmas prioritariamente estão voltadas ao campo social e educacional, no combate a

vulnerabilidade social. No que concerne o esporte a perspectiva do rendimento é apresentado com menor incidência, encontrando-se aliado às escolinhas esportivas e categorias de base.

Quanto ao planejamento das ações das Secretarias e/ou Departamentos de esporte e lazer, de maneira geral, os gestores relataram a presença de planejamento com exercício anual, voltados ao plano de programações, ou seja, cronogramas simples aplicado ao calendário competitivo, onde apenas um gestor relatou a ausência de planejamento das ações. Neste momento encontramos incoerência nas ações dos gestores, pois no processo de elaboração das políticas públicas devem ser definidos os objetivos e as diretrizes necessários para alcançá-los, no qual as programações voltadas para o calendário competitivo não compreendem a perspectiva educacional e social, relatadas como prioritárias em suas ações.

Referente aos programas e projetos de esporte desenvolvidos nos municípios, as ações apresentadas pelos gestores estão voltadas as modalidades tradicionais, com predominância do futsal. Suas ações são direcionadas principalmente para a formação de atletas e desenvolvimento de escolinhas em diferentes modalidades. Cabe ressaltar que tais ações são direcionadas as crianças e adolescentes, já para o público adulto as ações se voltam para as competições esportivas no município ou região, no qual são observadas ações reduzidas que atendam a comunidade em geral, abrangendo as demais faixas etárias. Nota-se a contradição existente relativa ao entendimento sobre o esporte apresentada pelos gestores e os projetos e programas ofertados, que não atendem toda a população.

Com relação aos programas e projetos de lazer, encontra-se um cenário crítico na região, praticamente escasso, pois alguns relatam a inexistências de ações neste campo. Algumas ações apresentadas são eventos em datas comemorativas, dias de recreação e jogos, principalmente para as crianças e a terceira idade, assim como os locais para caminhada. Outro aspecto que chama a atenção é o lazer atrelado as competições esportivas, seja pela participação ou observação. Tal panorama pode estar diretamente relacionado ao desconhecimento dos gestores sobre o lazer e por sua ausência no planejamento das ações, não atendendo as necessidades de toda a população.

Em relação aos espaços para o desenvolvimento das ações, os gestores relatam a necessidade de construção, ampliação e reforma das estruturas, assim como a necessidade de mais recursos financeiros, salvo algumas exceções, pois a liberação está condicionada à secretaria ao qual estão vinculados e a parceria com empresas ou instituições são praticamente inexistentes. Quanto a função da Secretária/Departamento, em relação ao esporte e o lazer para o município, os gestores apontam a necessidade de desenvolver melhor o esporte e conseguir promover o lazer para a população, tornando mais abrangentes suas ações.

As concepções e ações apresentadas pelos agentes públicos municipais, relacionadas ao conceito de *habitus*, entendido como “o princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de unívoco, isto é, um conjunto unívoco de escolha de pessoas, de bens e de práticas” (BOURDIEU, 2008, p. 21).

Passando pela compreensão de que o subcampo das políticas públicas de esporte e lazer não pode ser considerado como imutável ou estático, podendo ser mudado pela ação dos agentes (STAREPRAVO, SOUZA, MARCHI JÚNIOR, 2013) e que “o *habitus* inerente aquele campo intermediará o agir dos agentes, inclinando-o a tomadas de posição conservadoras ou transformadoras, em função da posição ocupada” (Idem, p. 791). Os agentes desta pesquisa, portanto necessitam aprofundar seus conhecimentos sobre o esporte e principalmente sobre o lazer, somando-se aos conhecimentos referentes à gestão, para que os mesmos sejam capazes de promover as transformações neste subcampo e que aos poucos são incorporadas no *habitus* deste grupo, como forma de garantir o direito social das pessoas referentes ao acesso as diversas práticas esportivas e ao lazer.

CONCLUSÕES

Com base nos resultados obtidos na pesquisa referente às concepções e ações dos gestores públicos municipais em relação às políticas públicas de esporte e lazer, podemos identificar incoerência entre o entendimento e os programas ofertados para a população, por parte dos agentes públicos. Esta relação desconexa pode estar diretamente associada à carência de conhecimento do processo de gestão, que afeta diretamente a definição dos objetivos das políticas públicas nesta área e o planejamento com as diretrizes e direcionamentos dos programas para balizar o propósito almejado em suas ações.

Outro fato relevante neste aspecto é a falta de conhecimento referente as dimensões do esporte, ao qual direcionam suas ações, geralmente à uma de suas manifestações em detrimento das outras, assim como o desconhecimento dos gestores sobre o lazer, materializa-se na escassez de políticas nos municípios nesta área, que não atendem as demandas da população.

Desta forma, apontamos a necessidade dos gestores ampliarem seu arcabouço teórico, sobre o conhecimento de gestão, das dimensões do esporte e principalmente sobre o lazer, pois isto é um coadjuvante dentro de um processo político complexo que afeta diretamente o desenvolvimento de ações nesta área e a medida que adquirem maior conhecimento das competências necessárias em sua atuação profissional, poderão incorporar ao *habitus* destes agentes ações transformadoras no subcampo das políticas públicas de esporte e lazer, como formas de garantir ações pertinentes a este direito social.

PUBLIC POLICY OF SPORT AND LEISURE IN IVAIPORÃ MICROREGION, PR: CONCEPTS AND ACTIONS OF PUBLIC MUNICIPAL MANAGERS

ABSTRACT

Studies of public policy of sport and leisure in Brazil have expanded since the enactment of the 1988 Federal Constitution, and duty of the State to the provision of sports and leisure practices, municipalities are now responsible for providing actions in this field, where public agents are the articulators in this process. The objective of this research was to analyze the conceptions and actions of municipal agents of Microregion Ivaiporã, Paraná in relation to the public policy of sport and leisure. Characterized as a descriptive qualitative research, one semi-structured interviews with the managers of Departments of sports and leisure

municipalities, which was analyzed based on content analysis was applied. The results show inconsistency between the conceptions presented by managers and proposed actions for the population as well as the lack of knowledge in certain sectors that are materialized in the lack of policies in the area, especially leisure. So we point out the need for managers to broaden their knowledge management and deepen their understanding of the dimensions of the sport and the leisure, so that they can transform their way of professional practice as the decisions are incorporated into the habitus of these agents.

Key-words: public policy; sports and leisure; agents public.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, S.; MASCARENHAS, F.; SALVADOR, E. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Florianópolis, v. 37, n. 1, p. 2-10, 2015.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, Ltda., 1977.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9. ed. Campinas: Papyrus, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, de 05 de outubro de 1988. Brasília, 1988.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física, esporte e lazer: reflexões nada aleatórias**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

MAZZEI, L. C.; BASTOS, F. C. **Gestão do esporte no Brasil**. São Paulo: Ícone, 2012.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão de literatura¹. **Sociologias**. Porto Alegre, RS, n. 16, p. 20-45, dez. 2006.

STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, J. MARCHI JÚNIOR, W. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma argumentação inicial sobre a importância da utilização da teoria dos Campos de Pierre Bourdieu¹. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 785-798, jul./set. 2013.

STAREPRAVO; F. A. MEZZADRI. Gestão Pública de Esportes no Municípios do Estado do Paraná (Brasil). IN: AGUADO, D. M. **La gestión deportiva municipal en Iberoamérica: Historia, teoría y práctica**. Madrid, Spain: Librerías Deportivas Esteban Sanz, S. L., 2013.

TUBINO, M. J. G. **O que é esporte**. São Paulo: Brasiliense, 2006.